



CENTRO DE
ESTUDOS DE
ECONOMIA

IREE

BOLETIM ESPECIAL GÊNERO: AS MULHERES NA PANDEMIA

JULIANE FURNO, DANIEL FOGO, LÍGIA TONETO E MATIAS REBELLO CARDOMINGO E TANIA PAES

INTRODUÇÃO

O campo de estudos de gênero inspira inúmeras pesquisas em áreas diversas do conhecimento. Durante muito tempo, foi tido como sinônimo de investigações sobre a mulher em diferentes culturas e sociedades. Partiu da constatação da subordinação e da posição desigual das mulheres em relação aos homens e inspirou inúmeras pesquisas.

O sistema capitalista consolida a divisão social do trabalho, processo pelo qual as atividades de produção e reprodução social são diferenciadas, especializadas e desempenhadas por diferentes pessoas. A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo, isto é, separação das atividades de produção de bens e serviços de acordo com o sexo das pessoas que as realizam. A divisão sexual do trabalho, no entanto, não somente “separa” o que é trabalho de homem e mulher, mas também os hierarquiza, relegando ao trabalho desempenhado pelos homens mais valor – monetário e social – em relação ao exercido por elas.

Interpretações biológicas buscaram legitimar a divisão sexual do trabalho, argumentando que a distinção entre trabalho masculino e feminino seria consequência de fatores inerentes à “natureza” dos homens e das mulheres. Todavia, as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, de construções sociais, adaptadas historicamente a cada sociedade. Homens e mulheres formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo.

Embora as mulheres tenham avançado substancialmente no ingresso no mercado de trabalho e alçando posições públicas na vida política e econômica, existe uma contradição que permanece intocável, que é a não divisão do trabalho doméstico, sendo esse historicamente exercido pelas mulheres e de forma gratuita.

Nosso objetivo com esse estudo especial é avaliar as consequências da conjuntura atual de pandemia sobre a vida das mulheres. Para isso, no entanto, não bastaria somente um conjunto de diagnósticos quantitativos, já que a forma como a crise atual recai sobre homens e mulheres repousa em elementos mais estruturais, por isso faremos uma breve digressão sobre o acúmulo teórico envolto no tema e, posteriormente, teceremos análises a luz do cenário atual.

RELAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

A emergência do conceito de gênero, buscando explicar as relações entre homens e mulheres, permitiu perceber que os papéis desempenhados por homens e mulheres são construções sociais nas quais relações de poder e hierarquia estão presentes. A divisão sexual do trabalho deixa de ser vista como um processo natural, mas como uma expressão da assimetria das relações entre homens e mulheres.

Kergot (1987, 2009, p.71) nos conta que noção de divisão sexual do trabalho foi primeiramente utilizada pelos etnólogos para designar uma divisão “complementar” das tarefas entre homens e mulheres, sendo utilizada por estudiosos como mecanismo explicativo e normativo da estruturação da sociedade em família. Antropólogas feministas, questionaram esta definição e se tornaram as primeiras a designarem um conteúdo novo, crítico e relevante, destacando a relação de poder, de dominação, não complementariedade, entre homens e mulheres

Nos anos setenta, especialmente na França, emerge a discussão, que ressignifica e questiona a perspectiva de gênero e a sua subordinação na determinação das classes sociais. Dois corpos teóricos se sobressaem no campo das ciências sociais: o “trabalho doméstico” (Chabaud-Rychter et al., 1985) e o “modo de produção doméstico” (Delphy, 1998). O principal legado dessas teorias: identificar a relação entre produção e reprodução social.

Adentrar os estudos de gênero sem proceder tais identificações é o mesmo que debater economia política sem incluir os grandes clássicos: Smith, Ricardo e Marx. Adam Smith, ao escrever a “Riqueza das Nações” deixa de incorporar peça-chave na sua teoria. Para que o “homem econômico” se dedicasse a produzir a riqueza cambiável do capitalismo, mulheres trabalhavam na riqueza social, necessária a produção e reprodução do sistema.

Quando Smith questiona “Como você consegue o seu jantar?” ignora um detalhe primordial ao seu exemplo do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro – os geradores de riqueza que ele utiliza como exemplo. Para que esses homens pudessem trabalhar, as mulheres – esposa, mãe ou irmã – tinham de passar os dias cuidando das crianças, limpando a casa, cozinhando, lavando roupa e realizando várias outras tarefas invisíveis para a economia dos homens. O próprio Smith não seria considerado o “pai da economia moderna” sem o trabalho desempenhado pelas mulheres que o acompanharam ao longo da vida e da atividade intelectual.

Em vista disso, como propõe Picchio (2004), não é possível pensar o processo de produção social sem identificar o trabalho de reprodução social, no qual o primeiro não prescinde da existência do segundo. No cerne desta questão está a divisão do trabalho entre homens e mulheres.

Embora vivenciada sob distintas perspectivas históricas, o que tem permanecido e perpassado é a designação prioritária dos homens à esfera produtiva, e conseqüentemente, ao espaço público e de poder, e das mulheres à esfera reprodutiva, tanto doméstica quanto assalariada. Conforme Kergoat (1987; 2009), essa forma de divisão se baseia em dois princípios: i) “separação”: trabalho de homem *versus* trabalho de mulher; e ii) princípio da “hierarquia”: trabalho exercido por homens mais valiosos do que o desempenhado pelas mulheres. Essa divisão é legitimada por uma ideologia naturalista, que reduz as práticas sociais a papéis sexuais e à biologia natural da espécie.

Depreende-se daí a compreensão de que as diferenças de gêneros foram responsáveis pela diferenciação de papéis sociais específicos e contribuiu para a valoração discrepante dos trabalhos desempenhados por homens e mulheres. A opressão de gênero tornou-se um expoente da exploração social de classe e reflete-se no interior da sociedade capitalista, especialmente nos espaços da família/lar, e na perspectiva do trabalho assalariado. Em outras palavras, a força de trabalho feminina é a mais precarizada e sujeita a menores remunerações.

Têm-se, a partir disso, que as desigualdades de gênero são estruturais. Nesse sentido, o desenvolvimento histórico e epistemológico das ciências sociais é incompleto em virtude da negligência da perspectiva de gênero no estudo das relações sociais de produção. Também não satisfaz a análise das diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, sem inseri-los na forma estrutural de reprodução dessas desigualdades. Isto é, uma análise que não aborde um contexto mais geral de divisão e exploração do trabalho na esfera de produção social.

Cabe as ciências sociais, um olhar mais atento para as diferentes bases de sustentação do modo de produção capitalista, sendo urgente a problemática do papel do processo de reprodução social. Para isso, é preciso romper o véu da dialética entre a presença concreta e a presença simbólica conceitual do trabalho das mulheres no processo de acumulação do capital.

Perceba que, do ponto de vista da ciência econômica, é falacioso enquadrar o trabalho das mulheres somente à esfera produtiva, dada a significativa contribuição do trabalho reprodutivo à perpetuação da divisão sexual e exploração social da força de trabalho. Teorias neoclássicas da economia não dão conta de responder a estas questões, na medida em que inserem as relações e dinâmicas internas familiar à lógica da maximização do bem-estar, sujeitos a individualidade, racionalidade, vantagens comparativas e custos de oportunidade. Dessa forma, naturaliza a separação e a hierarquização dos papéis desempenhados por homens e mulheres no sistema econômico. A versão dominante da teoria econômica é a-histórica e idealiza a realidade estatística do trabalho.

Sabendo disso, o estudo de gênero e classe deve assumir posição de destaque no campo da pesquisa das ciências sociais, em particular da economia. A pandemia do covid-19 elucida tal emergência e nos convida a pensar a sociedade e suas relações sociais também a partir das novas lentes, com referência a crise sanitária mundial e ao isolamento dela decorrente. Articular uma problemática coerente de produção e reprodução, que corrijam as falhas históricas do pensamento, é ordem na sociedade atual.

Dito isso, este estudo parte da premissa de que as atividades domésticas, realizadas gratuita e majoritariamente por mulheres, não são menos econômicas que a dos homens, e que, embora não gerem valor monetário, elas geram riqueza, uma vez que serviços não remunerados realizados pelas mulheres, são consumidos pelos demais membros da família e geram as condições materiais para a realização do trabalho produtivo. Para se ter uma ideia dessa magnitude, Hamdad (2003) produziu um ensaio, cujo objetivo foi mensurar o valor do trabalho não remunerado para o Canadá entre 1992 e 1998, e descobriu algo entre 30,6 e 41,4% do PIB. O primeiro indicador foi calculado com base no custo de substituição do trabalho não remunerado por trabalho remunerado, o segundo, estima uma remuneração para o trabalho doméstico, dadas as condições sociais e especificidades da região. Fato é que, independentemente do método, a contribuição do trabalho de valor não mercantil para a riqueza das nações é enorme.

Em suma, o trabalho doméstico realizado gratuitamente no interior dos domicílios pelas mulheres não é menos econômico que o assalariado, apenas é de uma natureza distinta. Para compreender a lógica de continuidade e reprodução do sistema capitalista, é essencial compreender o trabalho

realizado nos domicílios sem qualquer remuneração, amparo público ou mesmo reconhecimento dos atores sociais. A insuficiência teórica que impede que se veja o trabalho de reprodução em termos analíticos deu lugar a uma invisibilidade social deste trabalho e das pessoas que o realizam.

A conquista da entrada no mercado de trabalho não dispensou a mulher das responsabilidades por cuidar do lar, dos filhos e do próprio companheiro. O acúmulo das funções de produção sociais, atividades assalariadas, e das “naturalizadas” tarefas de reprodução social afastaram a mulher do ingresso proeminente nos espaços de domínios públicos, na política e em atividades criativas e intelectuais de forma igualitária aos homens.

As mulheres passaram a ter sua força de trabalho duplamente explorada, caracterizando o exercício de uma dupla, ou às vezes até mesmo tripla, jornada de trabalho. Todavia, as horas dispendidas nos serviços domésticos permaneceram excluídas do cômputo das contas nacionais do sistema econômico, invisibilizando a importância social deste trabalho e seu papel na alocação e na dimensão da distribuição dos recursos.

A visibilidade estatística do trabalho doméstico no cômputo indicadores econômicos são apenas a ponta do *iceberg* do problema gênero, mas é um bom começo no sentido de despertar para o aprofundamento das dinâmicas econômicas e alternativas para a sua superação, que necessariamente passa pelo enfrentamento da lógica patriarcal. É preciso enfrentar o modelo masculino do pensamento econômico, explorar as suas ideias fundadoras, questionar e transformá-las. Não se trata somente de um problema estatístico, mas também teórico e político.

OS ANTECEDENTES DA CRISE:

As políticas econômicas, envoltas no signo de que é preciso cortar gastos para retomar a normalidade do ciclo econômico – afetaram, sobretudo, as mulheres. Em primeiro lugar, a persistência de um período de crise seguido de semi-estagnação econômica, é particularmente deletério às mulheres, uma vez que as crises elevam ao paroxismo as incertezas econômicas, que afetam as decisões privadas de investimento, contribuindo para um menor nível de emprego e avanços no que tange a pobreza e a extrema pobreza. Como a maioria entre os desempregados e os mais pobres são mulheres, a persistência de um baixo ciclo de crescimento afeta, proporcionalmente, mais as mulheres do que os homens.

Somado a isso, o receituário de austeridade fiscal, que foi eleito como a política econômica prioritária para saída da crise, aprofunda as condições de vida e trabalho das mulheres. Em primeiro lugar, o corte nas despesas primárias da União afeta a capacidade de desenvolvimento do Estado como empregador, afetando – por consequência – a capacidade de absorção de mão-de-obra feminina, já que os serviços públicos, especialmente de saúde e educação, são fortes demandantes de força de trabalho feminina, pela forma com que se desenvolve a divisão sexual do trabalho e a naturalização do papel das mulheres nos espaços de cuidados, assalariados ou não.

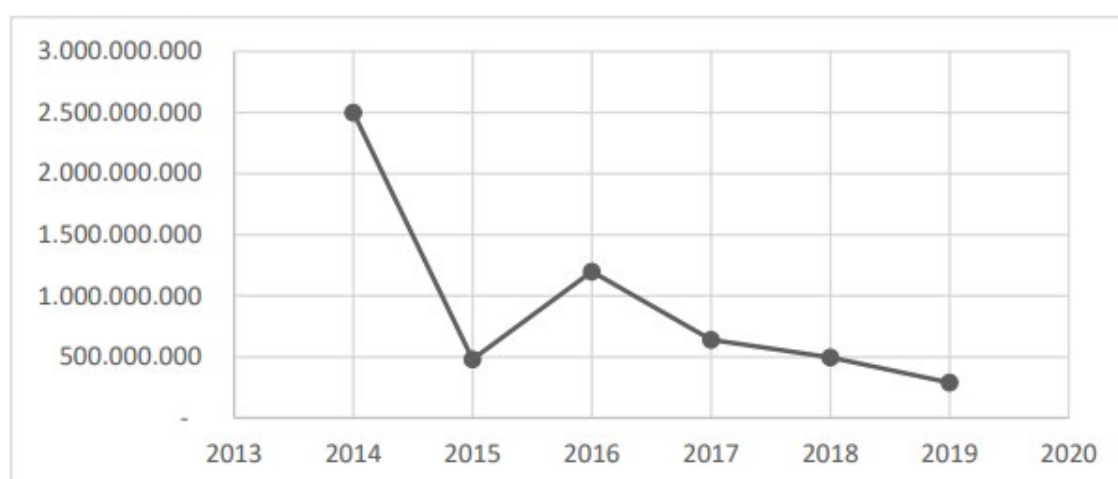
Além disso, os cortes ou o congelamento de gastos em áreas sociais, tais como saúde, educação, creches e demais equipamentos públicos, também afetam sobremaneira as mulheres, que são as principais demandantes desses serviços (TEIXEIRA, 2018). Segundo dados da PNADC do IBGE, as mulheres despendem em torno de 20h semanais nos afazeres doméstico, mais que o dobro do alegado por homens. Isso significa que se um enfermo não conseguir um leito de hospital, ou se uma criança não conseguir uma vaga em uma escola, o trabalho de educação e cuidados que não será mais – ou será parcamente – oferecido pelo Estado, se transmutará em mais sobre trabalho para as mulheres, afetando as suas vidas e a sua capacidade de manter-se na esfera laboral.

Outra medida no bojo da austeridade que impacta, sobretudo as mulheres, são os cortes em programas de transferência de renda, tais como o Bolsa Família que entre 2014 e 2018 sofreu uma variação de -16% no orçamento a ele destinado. De acordo com dados do Cadastro Único as mulheres chefiam 93%

dos domicílios beneficiários da política (CADÓ E FURNO, 2020). Outra política que foi importante na redução do desnível médio agregado de rendimentos auferidos por homens e mulheres foi o abandono da política de valorização do salário mínimo. Entre 2004 e 2014 o rendimento médio nominal entre as mulheres menos escolarizadas cresceu 183%, atestando a importância do salário mínimo para as mulheres, que tem seus salários fortemente indexados no mínimo nacional. (CADÓ E FURNO, 2020).

A redução substancial – como atestado no gráfico abaixo – do montante destinado para a educação infantil, imerso no bojo das políticas de austeridades, também afetam, sobretudo as mulheres, pelas características de responsabilização com a esfera do cuidado como já explicitado acima.

Gráfico 1: Educação infantil no orçamento efetivo da União (em reais)



Fonte: SIGA Brasil. Elaboração: CADÓ E FURNO (2020)

Por fim, a austeridade – além de afetar as políticas universais, mas que pela divisão sexual do trabalho afetam, sobretudo, as mulheres – também incidiu, diretamente sobre políticas específicas. Esse foi o caso do esvaziamento do orçamento para o “Programa 2016”, que envolvia diversas ações relativas a políticas para as mulheres. A dotação orçamentária teve seu maior valor empenhado no ano de 2013. No entanto, desde 2016 o programa foi radicalmente afetado pela política de austeridade (OLIVEIRA *et alli*, 2020).

AS MULHERES NA CRISE DA PANDEMIA:

A pandemia do Novo Coronavírus – precedida das condições anteriores expressa pela política de austeridade fiscal e de uma situação de semiestagnação econômica – foi substancialmente mais deletéria para as mulheres. Pela natureza da crise sanitária e a necessidade de distanciamento social, o setor de serviços foi deveras afetado, onde encontram-se, majoritariamente, as mulheres. Somase a isso as condições de reprodução da divisão sexual do trabalho e a precária atuação do Estado no que tange a dirimir os efeitos econômicos e sociais.

Portanto, do ponto de vista das desigualdades estruturais de gênero, no que concerne a dinâmica naturalizada do trabalho reproduzido, a pandemia agravou um conjunto de desigualdades, especialmente as ligadas a violência doméstica e ao sobretrabalho. Com o isolamento social, a linha divisória entre tempo de trabalho e não trabalho tornou-se ainda mais tênue. As mulheres, como responsáveis “naturais” pelos serviços reprodutivos, experimentam uma carga adicional de trabalho, na medida em que necessitam manter suas atividades laborais com o conjunto das tarefas domésticas. A permanência dos filhos e, eventualmente, idosos e enfermos nos lares cindiu a parca linha que distingue os dois tipos de trabalho. Efeitos desse processo puderam ser averiguado pela queda do rendimento de mulheres na produção de artigos científicos na pandemia¹, enquanto não somente o de homens permaneceu estável, mas se elevou nesse período. Estar confinado no lar desresponsabilizado das funções reprodutivas aumentou a produtividade de homens, enquanto para mulheres foi mais um agravante.

Segundo uma pesquisa qualitativa feito pelo Datafolha², passou de 6% para 9% o percentual de mulheres que se identificaram como donas de casa durante a pandemia, o que tem relação com os efeitos sobre o emprego, mas encontra repouso na divisão sexual do trabalho.

Segundo dados da PNAD Contínua do IBGE, mais de 8 milhões de mulheres deixaram a força de trabalho durante a pandemia. Isso quer dizer que não só essas mulheres saíram das atividades produtivas, mas também não constam mais nem como desempregadas/desalentadas. Quando perguntado o motivo da não procura de trabalho na semana de referência, 26% das mulheres responderam não estarem disponíveis para trabalhar em função de que “Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)”.

1. <https://www.aguia.usp.br/noticias/49310/>

2. <https://www.folhape.com.br/economia/quase-a-metade-dos-brasileiros-viu-renda-familiar-diminuir-na/151704/>

O dado é referente ao 3º trimestre de 2020. Por outro lado, menos de 2% dos homens alegam não procurar trabalho pelo mesmo motivo.

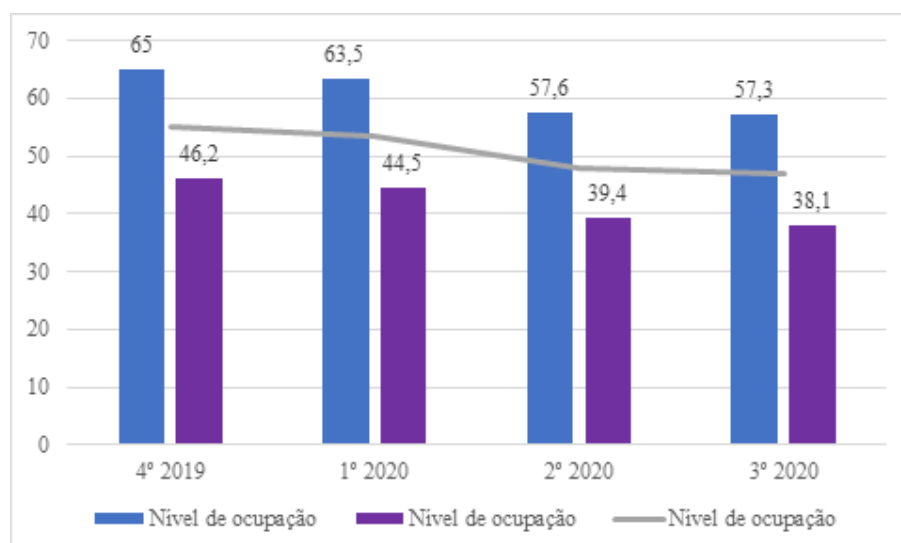
Tabela 1: Percentual das pessoas fora da força de trabalho

	4º Tri/19	1º Tri/20	2º Tri/20	3º Tri/20	Varição
Homens	0,716	0,716	0,655	0,657	-8%
Mulheres	0,531	0,531	0,463	0,458	-14%

Fonte: PNADC IBGE. Elaboração Própria

Como indicado na tabela 1, houve uma variação deveras superior entre o percentual de mulheres que deixaram a força de trabalho em relação aos homens. Enquanto a variação acumulada, para eles, perfaz 8%, para elas chega a 14%.

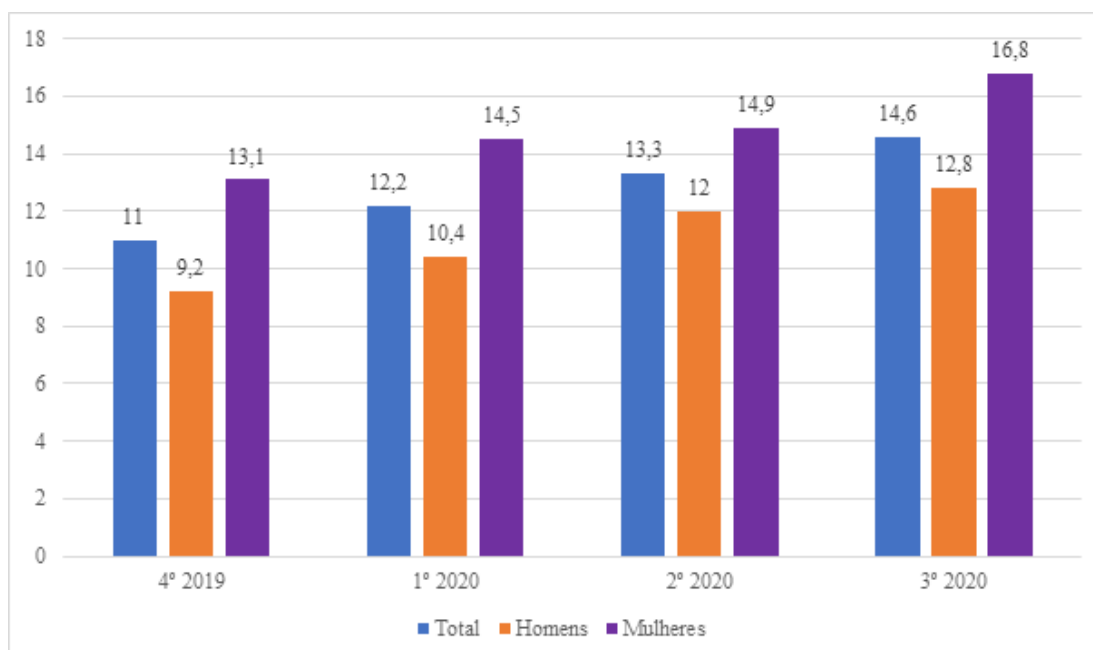
Gráfico 2: Nível de participação da população em idade ativa por sexo em (%) na variação trimestral



Fonte: PNADC IBGE. Elaboração Própria.

A pandemia, seus efeitos econômicos e a ausência de políticas efetivas de manutenção do trabalho e da renda, nos deixaram como herança a menor taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho dos últimos 30 anos. Apenas 38% das mulheres em idade ativa estão, efetivamente, ocupadas. Parte substancial está fora da força de trabalho, como já avaliamos anteriormente e outra parte está compondo as fileiras do desemprego.

Gráfico 3: Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) por sexo e por trimestres



Fonte: PNADC IBGE. Elaboração Própria.

A Taxa de Desocupação/Desemprego para as mulheres passou de 13% para quase 17% durante a pandemia. Ainda que parte das atividades econômicas tenham recuperado os níveis pré-pandemia no 3º trimestre de 2020, tais como o setor de comércio e a indústria, o fato do setor de serviços – fortemente dependente da interação social – ainda amargar sobre restrições oficiais e voluntárias a normalidade econômica, é responsável por manter uma taxa de desemprego não só mais elevada entre as mulheres, mas descolando-se, ainda mais, em relação a taxa auferida pelos homens.

Segundo o Boletim de Novembro³ do Centro de Estudos Econômicos do IREE, com base nas informações do CAGED, as mulheres são o contingente populacional que mais concentrou perdas de empregos formais durante a pandemia. Ainda que sejam minoria historicamente no mercado formal de trabalho, as mulheres concentraram quase dois terços, 65,6%, da destruição das vagas líquidas (descontadas as admissões) de empregos celetistas durante a pandemia. Entre março e setembro, o saldo negativo de admitidos e demitidos foi de 897,2 mil vagas, das quais, 688,5 mil eram de mulheres. Para piorar, as mulheres – além de estarem saindo mais do mercado formal – são o grupo que tem mais dificuldade também para retornar. A partir de julho, o mercado como um todo começou a reagir e, em três meses, foram criadas 697,3 mil vagas, mas 77% foram para homens.

3. <https://iree.org.br/wp-content/uploads/2020/12/3-Boletim-IREE-de-Poli%CC%81tica-Econo%C%82mica-Novembro-de-2020.pdf>

No que tange a posição na ocupação, os postos de trabalhos que estão mais ligados às ocupações exercidas pelas mulheres foram os mais impactados na pandemia.

Ocupação	Trimestre de coleta				variação (%)
	4º tri 2019	1º tri 2020	2º tri 2020	3º tri 2020	
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada (milhares)	33668	33096	30154	29366	15%
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada (milhares)	11855	11023	8639	9013	32%
Trabalhador doméstico (milhares)	6356	5971	4714	4612	38%
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar) (milhares)	11641	11652	12360	11829	-2%
Empregador (milhares)	4442	4385	3955	3859	15%
Conta-própria (milhares)	24557	24159	21664	21783	13%
Trabalhador familiar auxiliar (milhares)	2033	1938	1861	2002	2%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (milhares)	8333	8266	7976	8280	1%
Indústria geral (milhares)	12166	11844	10727	10582	15%
Construção (milhares)	6820	6380	5323	5722	19%
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (milhares)	18009	17381	15244	15246	18%
Transporte, armazenagem e correio (milhares)	4896	4870	4341	4114	19%
Alojamento e alimentação (milhares)	5663	5355	4006	3846	47%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (milhares)	10570	10625	10064	9872	7%
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (milhares)	16529	16525	16789	16173	2%
Outros serviços (milhares)	5152	4940	4117	3963	30%

Tabela 2: Posição na Ocupação por trimestres selecionados

Fonte: PNADC IBGE. Elaboração Própria.

Pela tabela acima fica evidenciado que ocupações tais como “Outros Serviços” – que compreendem, entre outros, os chamados serviços pessoais, especialmente às famílias – tiveram uma redução de 30% no total de ocupados entre o último trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2020. Nesse setor estão fundamentalmente mulheres. Além disso, setores tipicamente femininos como trabalho doméstico e alojamento e alimentação também figuram entre as ocupações que mais perderam postos líquidos de trabalho, onde – mais uma vez – as mulheres têm predominância.

Do ponto de vista do rendimento, a categoria “outros serviços” desponta como a mais atingida. No 2º trimestre de 2020, segundo dados da PNAD, em maio de 2020 o setor acumulava perdas de 49,6% no seu rendimento, seguindo de outro setor bastante feminino que é “Alojamento e Alimentação”, com perdas de rendimento que chegaram a 33,4% em relação ao mês pré-crise.

A forma com que a liberação de maiores volumes de crédito pelo sistema bancário chegou às micro e pequenas empresas, e a ausência de medidas mais céleres e eficazes no que tange a redução de tarifas públicas e custos da folha salarial, foram responsáveis por uma quebradeira significativa das empresas de pequeno porte. Mais de 750 mil pequenos empreendimentos fecharam as portas no Brasil durante a crise, segundo dados da Pesquisa “Pulso” do IBGE. Os efeitos desse processo são substanciais para a economia brasileira, na medida em que impactam no desemprego, concentração empresarial e possível de maior desnacionalização da economia. Mas não só isso. Essas empresas são identificadas por deterem menores diferenças salariais entre homens e mulheres, além de concentrarem maior participação das mulheres na função de empregadoras⁴.

Tabela 3: Rendimento médio efetivo, habitual e proporção do rendimento efetivo sobre o habitual para o Brasil e setores selecionados para o 3º Trimestre de 2020

	Rendimento médio habitualmente recebido em milhões de R\$	Rendimento médio efetivo em Milhões de R\$	Propoção da renda efetiva sobre a habitual em (%)
Cabeleireiros, tratamento de beleza e serviços pessoais	R\$ 1.542,62	R\$ 656,22	43%
Serviço doméstico remunerado	R\$ 948,11	R\$ 698,37	74%
Serviço de alimentação (bares, restaurantes, ambulantes de alimentação)	R\$ 1.594,07	R\$ 1.038,35	65%

Fonte: PNADC IBGE. Elaboração Própria.

Os setores que são identificados por maior presença feminina sobre o total de mulheres ocupadas, se destacam como aqueles em que é maior a diferença entre o rendimento habitualmente recebido e o efetivamente recebido na pandemia. Para o setor onde estão alocadas as atividades de serviços pessoais, como cabeleireiros, estética e outros serviços pessoais, a proporção entre o efetivamente recebido foi apenas 43% do rendimento habitual.

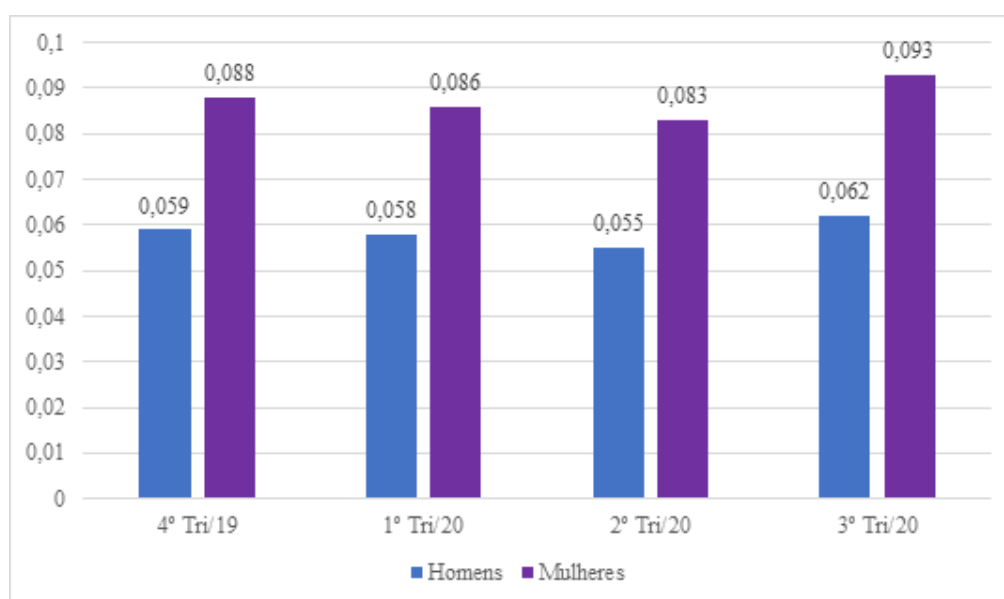
A queda da renda nos setores ligados aos serviços – entre os quais compreendem os serviços pessoais, às famílias e de alimentação – faz surgir uma situação aparentemente paradoxal. Enquanto a massa total de rendimentos da população brasileira como um todo e, especialmente das mulheres, caiu nesse período de crise, o rendimento médio se elevou. Enquanto os homens tiveram uma variação negativa de 1% na diferença entre o rendimento médio recebido no último trimestre

4 <https://folhadirigida.com.br/mais/noticias/mercado/sebrae-anuario-perfil-trabalhadores>

de 2019 e no terceiro trimestre de 2020, as mulheres experimentaram uma elevação na renda média de pouco mais de 2%, segundo dados da PNADC. A explicação para isso reside, justamente, no fato de que os trabalhadores que mais abarcam mão-de-obra feminina terem sido os mais destruídos durante a crise atual. Assim, se são retiradas as rendas mais baixas do computo final, a média se eleva, embora a massa total salarial tenha recuo. O que tange a massa de rendimentos totais, as mulheres tiveram uma perda de 17%. Dessa forma, a elevação da renda média confirma que os empregos de menor remuneração foram os mais destruídos.

O nível de subocupação também foi maior para as mulheres. Por subocupação entende-se os trabalhadores que trabalham menos de 40h semanais e estão disponíveis para trabalhar mais. Essa categoria é uma das pertencentes ao guarda-chuva mais geral da subutilização da força de trabalho.

Gráfico 4: Percentual das mulheres na Força de Trabalho que está subocupada



Fonte: PNADC IBGE. Elaboração Própria.

Pouco mais de 9% da força de trabalho feminina se encontra nessa situação e esse fenômeno coaduna-se com a forma histórica com que homens e mulheres se dividem entre trabalho produtivo e reprodutivo. A necessidade de conciliar o trabalho remunerado com as tarefas dos cuidados reprodutivos pode ter levado ainda mais mulheres a optarem por trabalhos em tempo parcial ou mesmo “bicos” que contribuem na renda familiar ao mesmo tempo em que se adaptam as necessidades de manter horas disponíveis para os afazeres reprodutivos.

Ainda, conforme dados da PNAD COVID-19, entre as mulheres que seguiram trabalhando durante a pandemia com manutenção de salários, 41% afirmaram trabalhar mais no período da quarentena. Sobrecarregadas, as que tiveram seus salários mantidos ainda fazem parte de um grupo privilegiado, uma vez que 40% das mulheres afirmaram na pesquisa que a pandemia e a situação de isolamento social colocaram a sustentação da casa em risco. A maior parte das que tiveram essa percepção de risco sobre a sustentação são mulheres negras (55%). As negras também são maioria (58%) entre as que já tiveram, antes do isolamento ou no início da pandemia, a condição de trabalho duramente afetada e agora estão desempregadas.

Para as mulheres pobres, a sobrecarga de trabalho se soma à insegurança com relação à sustentação financeira, as condições de pagar as contas e garantir a alimentação, como relatado por uma das entrevistadas na campanha da Fenatrad (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas): “acho que não saber o que irá acontecer, nem como iremos manter o aluguel tira o sono, a paz.”

UM OLHAR PARA O FUTURO

O momento histórico evidenciou a impossibilidade de estabelecer uma fronteira entre tarefas remuneradas e tarefas de cuidados como parte do trabalho de reprodução. Evidencia-se, portanto, a necessidade de debates mais de fundo no que tange a dimensão de gênero, uma vez que não se trata somente de um problema estatístico. A diferença de gênero se manifesta, entre outras coisas, na enorme quantidade de energia que as mulheres dedicam a outras pessoas em um sistema que trata a todos como mercadorias.

O trabalho doméstico não é simplesmente a combinação de tarefas necessárias para a reprodução cotidiana do núcleo familiar e para a satisfação das necessidades físicas e psicológicas de seus membros. O verdadeiro papel do trabalho doméstico é reconstruir uma relação entre produção e reprodução que tenha sentido para as pessoas. Todavia, articular produção e reprodução é necessário, mas não suficiente. É preciso também pensar em termos de relações sociais, das práticas sociais, e trazer a contradição e o antagonismo da divisão sexual do trabalho para o centro da análise.

Além disso, compreender as características gerais e persistentes da divisão sexual do trabalho passa necessariamente pelo estudo do trabalho de reprodução, habitualmente definido como “trabalho doméstico”. A insuficiência teórica que impede que se veja o trabalho de reprodução em termos analíticos deu lugar a uma invisibilidade social deste trabalho e, em certo sentido, das pessoas que o realizam. Cuidar não representa um problema em si. O cuidado com o outro é uma dimensão da vida. Mas, ao olhar para os outros dados, é inegável o impacto desse tipo de atribuição na vida e no trabalho das mulheres.

A intensificação do trabalho doméstico e de cuidado não é uma experiência individual, mas compartilhada pelas mulheres. Os detalhes e dimensões dessa intensificação não podem ficar aquém das análises sobre as mudanças em curso no mundo do trabalho e nas propostas políticas para uma retomada da economia com o horizonte de justiça social. Destacamos duas dimensões que nos parecem incontornáveis: (i) cuidado como algo imprescindível para que a vida (e, portanto, também para a economia) seja possível; (ii) que há um limite em se abordar apenas o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, sem considerar o emprego doméstico que, no Brasil segue sendo das principais ocupações femininas – e a ocupação que foi a segunda em demissões, durante a pandemia, segundo a PNAD COVID-19.

Cuidar de quem cuida é fundamental, tanto para que o alívio da sobrecarga de algumas mulheres (principalmente brancas) não se dê à custa da exploração e precariedade de outras mulheres (majoritariamente negras); quanto para que esta crise não seja paga pelas mulheres, com a atualização dos mecanismos de naturalização e normalização da sobrecarga das responsabilidades com o cuidado, dentro dos domicílios da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise sanitária mundial causada pela pandemia da COVID-19 infligiu grandes desafios e custos humanos e econômicos desde o seu início. As mulheres sofreram um golpe duplo. Acentuou-se as difíceis condições de inserção e permanência delas no mercado de trabalho. As ocupações produtivas das mulheres são, normalmente, mais suscetíveis de serem afetadas por restrições de distanciamento social e pelas consequências econômicas da crise: a divisão sexual do trabalho impôs a concentração dos trabalhos produtivos realizados por mulheres em serviços e cargos de baixa remuneração não acessíveis ao teletrabalho. Além disso, o trabalho reprodutivo, condicionado historicamente como de “características femininas”, recaíram desproporcionalmente sobre as mulheres. Em casa e no confinamento, elas tendem a ficar responsáveis, em tempo integral, pelos cuidados com as crianças, incluindo educação, e com as pessoas, especialmente as idosas.

No Brasil, o atual cenário somou-se a um contexto de crise política e econômica. A implementação de políticas de austeridade fiscal, desde 2015, vem agravando as condições de vida de grande parte da população a partir de um retrocesso econômico e social, principalmente sobre a vida e a independência financeira das mulheres, provocando alargando as desigualdades. Não só a pandemia intensificou o trabalho doméstico e de cuidado, também tiveram a sua parcela de contribuição as políticas de ajuste, o desemprego e aumento da pobreza. A redução do investimento público em saúde, assistência social e educação transfere custos para o ambiente doméstico, geralmente assumidos pelas mulheres, com seu trabalho.

O relatório SOF (2020), com significativo número de mulheres entrevistadas, aponta que 35,7% se autodeclararam as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado em suas casas. Para mais de 70% dessas mulheres, a percepção de impacto nas atividades “preparar alimentos”, “lavar louça” e “limpar o domicílio” foi “aumentou ou aumentou muito”. A responsabilidade pelo cuidado intensifica ainda mais a realização do trabalho doméstico. Respectivamente, 91%, 85,5% e 92% entre as mulheres responsáveis pelo cuidado de idosos, e 90%, 91,6% e 87,4% entre as que cuidam de crianças de até 12 anos tiveram a sensação de “aumentou ou aumentou muito” sobre as mesmas tarefas citadas

Mais do que a visibilidade dessa realidade, o levantamento de dados sobre a vida e o trabalho das mulheres durante a pandemia precisa ter como consequência que tais dimensões sejam abordadas de forma articulada no âmbito das propostas políticas. Ou seja, não considerar “econômico” apenas o circuito mercantil, relegando as mulheres ao terreno do “social”, pois trata-se de um conflito distributivo que perpassa produção e reprodução.

A economia brasileira não pode prescindir do trabalho das mulheres – tanto o realizado dentro de casa de forma não remunerada ou mal remunerada, como o realizado como emprego, bico ou viração. E, portanto, reorganizar a distribuição de responsabilidades com a sustentabilidade da vida deveria estar no centro de projetos e políticas centradas na garantia de direitos e bem-estar.

REFERÊNCIAS

BECKER, G. A theory of the allocation of time. *Economic Journal* 75 (299): 493-517. 1965

CADÓ, I. L.; FURNO, J. C.; Mulheres frente à recessão econômica e a austeridade: uma interpretação da economia feminista. *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1-30, jan./jul., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina.

GOLDMAN, W. Estado, Mulher e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. São Paulo, Boitempo: Iskra Edições, 2014.

GRECCO, F., FURNO, J. C; TEIXEIRA, M. O. Apresentação. In: Dossiê Economia Feminista. *Revista Temáticas*, Campinas, 26, (52): 23-30, ago./dez. 2018.

HAMDAD, M. "Valuing Households' Unpaid Work in Canada, 1992 and 1998: Trends and Sources of Change". *Statistics Canada Economic Conference*, 2003.

HIRATA, H. Vida reprodutiva e produção: família e empresa no Japão. In. *O sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

KARAMESSINI, M.; RUBERY, J. *Women and Austerity—The Economic Crisis and the Future for Gender and Equality*, Londres, Routledge, 2014.

KERGOAT, D.; HIRATA, H. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37. n. 132, p. 595-609. set/dez 2007.

KERGOAT, D.. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 67–75

_____. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. In. *O sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, A. L. M. de; PASSOS, L; GUIDOLIN, A. P; WELLE, W; PIRES, L, P. Austeridade, pandemia e gênero. In: *Economia pós pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil*. OLIVEIRA, A. L. M. de; ROSSI, P. L; DWECK, E. (org). São Paulo, Autonomia Literária, 2020.

PICCHIO, A. Visibilidad analítica y política Del trabajo de reproducción social. In: *Mujeres y Economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. CARRASCO, Cristina (org). Icaria Antrazyt. Barcelona, 2003.

PICCHIO, Antonella. *Social reproduction: the political economy of the labour market*. Cambridge: University Press, 1994.

SOF, Sempre Viva Organização Feminista. *Sem Parar: O trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. São Paulo: SOF, 2020. http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf

TEIXEIRA, M. O. A crise econômica e as políticas de austeridade: efeitos sobre as mulheres. In: *Economia para Poucos. Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil*, ROSSI, DWECK & OLIVEIRA (org). Autonomia Literária. São Paulo, 2018.

FICHA TÉCNICA

BOLETIM ESPECIAL GÊNERO: As mulheres na pandemia

Autores: Juliane Furno, Daniel Fogo, Lúgia Toneto e Matias Rebello Cardomingo e Tania Paes

Supervisão: Walfrido Warde

IREE

O **IREE**, Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa, é uma **organização independente** cuja missão é promover o **debate democrático e pluralista** para aperfeiçoar a interação entre os setores público e privado no Brasil.

Equipe

Presidente: Walfrido Warde

Vice-Presidente: Valdir Simão

Diretoria Executiva: Rafael Valim, Renato Polillo, Carlos Renato Ferreira, Leandro Daiello

Economista-Chefe: Juliane Furno

Diretora de Comunicação: Samantha Maia

Diretor de Relações Institucionais: Rodrigo Siqueira

Coordenador de Direitos Humanos: Yuri Silva

Coordenador do IREE Cultura: João Camarero

Gerente de Marketing: Marcos Antonio da Silva

Secretária Executiva: Palloma Marques

Analista de Marketing: Giselle Porto

Analista de Marketing: Caique Guirao

Estagiário Jurídico: Michel Noberto

O conteúdo do Boletim de Política Econômica do IREE representa exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional do IREE. O Boletim é direcionado a todo o público, não podendo o IREE ser responsabilizado por qualquer perda direta ou indiretamente derivada do seu uso ou do seu conteúdo.